

opinião

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER: Luís Fria
DIRETOR DE REDAÇÃO: Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES: Carlos Fonce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL: Fernando Diamante, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patrícia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pessio Arão, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luis Fria e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO: Gustavo Faria
DIRETORIA EXECUTIVA: Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Rêmez (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Lula e Tarcísio dão um bom exemplo

Acordo para obras do túnel entre Santos e Guarujá mostra que adversários políticos podem se aliar em torno de causas que promovam o bem comum

Em outros tempos, seria nada além de trivial a interação que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), mantiveram na última sexta-feira (4) durante evento oficial no porto de Santos, litoral sul do estado.

Após quatro anos de lair Bolsonaro (PL), porém, assumem outra dimensão os gestos de normalidade e de rejeição à polarização fundamentalista que divide o mundo em amigos e inimigos. Demonstrando que adversários políticos também podem ser parceiros, Lula e Tarcísio subiram juntos ao palco para anunciar o entendimento relativo à construção do túnel entre Santos e Guarujá.

Não será uma iniciativa somente federal, como se cogitava poucas semanas atrás, mas uma associação entre os dois governos, que dividirão tanto os custos bilionários da obra quanto os ganhos políticos decorrentes dela.

"O que importa é enxergar o verdadeiro interesse público", afirmou Tarcísio. "Você terá da Presidência da República tudo aquilo que for necessário, porque não estou beneficiando o governador; estou beneficiando o estado mais importante da Federação", asseverou Lula. Estão cobertos de razão, e não só no conteúdo — seja qual, afinal, é óbvio — mas também — e principalmente — na forma. Pois o país precisa deixar para trás a história

que contaminou as mais diversas autoridades nos últimos anos e, no lugar dela, restaurar o verdadeiro sentido do republicanism. Claro que nem todos os petistas e bolsonaristas estarão prontos para essa lição. Depois do ato conciliatório em Santos, aliados mais radicais do ex-presidente rangeram os dentes para as medidas de Tarcísio, que, aliás, já tinha ouvido algumas vaias da plateia durante o evento organizado pelo governo federal.

Coube a Lula, em boa hora, puxar a orelha de seus correligionários: "O governador merece ser tratado com muito respeito nas atividades públicas que nós fazemos".

Mais uma banalidade da qual muitos pareciam ter-se esquecido: adversários merecem respeito, mesmo que continuem adversários. E é precisamente isso que Lula e Tarcísio sabem que a aproximação litorânea não implica pensar da mesma maneira. O governador fez questão de lembrar que continua sendo um liberal, enquanto o petista sublinhou a importância de saber respeitar as diferenças. Também sabem que o acordo não formou nenhuma aliança de outra natureza. O governador de São Paulo é um dos principais nomes do campo bolsonarista e, em 2026, disputará a eleição contra o PT — seja como candidato ao Planalto, seja em busca da reeleição. Oxalá os dois mantenham até lá o espírito que mostraram em Santos.

Triunfo truculento

Presidente de El Salvador é reeleito com medidas em segurança que minam liberdades democráticas

El Salvador é o exemplo mais atual de como altos índices de criminalidade e violência podem abalar a normalidade democrática.

Com mais de 86% dos votos durante a apuração parcial, o presidente licenciado do país, Nayib Bukele, declarou a própria vitória no pleito, apesar de a Constituição vetar reeleição. Foi a primeira vez em 86 anos que a regra foi violada.

Aos 41 anos, é o expoente regional da direita populista radical que tem ampla aprovação entre os salvadorense, com índices em torno de 75% e 85%. É o motivo principal desse apelo à segurança pública.

El Salvador tem histórico dramático de conflitos, com 12 anos de guerra civil que só chegou ao fim em 1992 graças a um acordo que levou o grupo guerrilheiro Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional a abandonar as armas para se tornar um partido político.

A partir do final dos anos 1990, teve início uma escalada de disputas sangrentas entre facções criminosas. Em 2015, 106 pessoas foram mortas a cada 100 mil habitantes em El Salvador — no Brasil, que tem altas taxas de homicídio, fo-

ram 25,7 por 100 mil. Quando Bukele assumiu o poder, em 2019, eram cerca de 45 por 100 mil; em 2022, o número caiu para 7,8; no ano passado, apenas 2,4.

Esses dados mais recentes são questionados pela sociedade civil. Bukele, declarou a própria vitória no pleito, apesar de a Constituição vetar reeleição. Foi a primeira vez em 86 anos que a regra foi violada.

Aos 41 anos, é o expoente regional da direita populista radical que tem ampla aprovação entre os salvadorense, com índices em torno de 75% e 85%. É o motivo principal desse apelo à segurança pública.

El Salvador tem histórico dramático de conflitos, com 12 anos de guerra civil que só chegou ao fim em 1992 graças a um acordo que levou o grupo guerrilheiro Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional a abandonar as armas para se tornar um partido político.

A partir do final dos anos 1990, teve início uma escalada de disputas sangrentas entre facções criminosas. Em 2015, 106 pessoas foram mortas a cada 100 mil habitantes em El Salvador — no Brasil, que tem altas taxas de homicídio, fo-



Os católicos e o DIU

Hélio Schwartzman

É fácil ser liberal em relação a posições com as quais concordamos. Como defensor do direito ao aborto, nem pestaneio antes de afirmar em alto e bom som que mulheres devem ser soberanas sobre seus úteros. Já defender o direito de um médico ou instituição médica católicos de não realizar procedimentos contrários aos ensinamentos de sua religião, como a inserção de DIUs, é mais sofrido. Mas, como tenho um gosto inexpressivo pela coerência, não vejo como não estender aos católicos o princípio de que cada um deve ser livre para definir o que vai ou não fazer, desde que a ação ou omissão não se converta em ameaça a terceiros. Não estamos aqui falando de um procedimento de emergência, o que mudaria o caráter da discussão.

Reconhecer que católicos têm direito à objeção de consciência não implica aceitar que cidadãos fiquem privados do acesso ao DIU. O conflito se resolve no nível da gestão. Se um hospital católico pode se recusar a promover métodos contraceptivos, a decorrência, matemática,

é que o poder público não pode firmar convênios com essas instituições para que prestem serviços ginecológicos ou urológicos (vasectomia) pelo SUS. Também não pode entregar-lhes a gestão de organizações sociais (OSs). Em ambos os casos, é obrigação do Estado oferecer todas as terapias e procedimentos que constam da tabela do SUS. E, nessa interface entre religião e saúde, penso que há um problema mais grave que a questão do DIU. Trata-se das comunidades terapêuticas. Não são poucas as unidades federativas que vêm entregando a grupos religiosos que montam comunidades terapêuticas os cuidados com dependentes de álcool e outras drogas. De novo, no espírito da universalidade e laicidade do SUS, não dá para admitir que o acesso a tratamentos psiquiátricos adquira um viés religioso. O caso se torna ainda mais tenebroso quando se considera que muitas dessas comunidades incorrem em violações de direitos humanos.

heliog@uol.com.br

O silêncio dos coniventes

Dora Kramer

Muito já se falou, em tom de discórdia e espanto, sobre as decisões do ministro Dias Toffoli de anular provas e suspender multas decorrentes da corrupção assumida por empresas envolvidas em negócios escusos com políticos, partidos e governos. As razões alegadas pelo ministro de suspensão das investigações e supostos atos de constrangimento legal na obtenção das provas são contestadas pelos fatos, mas as decisões estão tomadas e já produzem efeitos cascatas.

O que se há de fazer, além de apontar a discrepância entre a realidade dos atos que resultaram em acordos de leniência e a realidade das provas bancadas por advogados e a ficção criada por Dias Toffoli sobre os seus confissões terem sido coagidos? Um deles, aliás, aparece muito à vontade num depoimento, rindo, praticamente confraternizando com os interrogadores.

A sociedade pode pouco, além de se espantar. Mas Judiciário e Executivo podem muito e até agora, curiosamente, não se manifestaram co-

mo deveriam no exercício de suas funções. A Procuradoria-Geral da República pode recorrer. O Supremo Tribunal Federal pode submeter o tema ao colegiado. A Advocacia-Geral da União pode questionar o prejuízo ao erário dos bilhões em multas suprimidas.

A rigor, as empresas contempladas com a benevolência suprema poderiam pedir a extinção dos acordos de leniência, mas não o fazem para não perder os benefícios dessa espécie de delação premiada para pessoas jurídicas. Conferem, assim, validade seletiva para o acordo firmado com as autoridades suspeitas de coagir inocentes. O pleno do STF tampouco indica disposição de se manifestar para confirmar ou rejeitar a decisão do colega.

E o Executivo? Este olha compassivo a cena sem se importar com a dinheirama perdida nestes tempos burocráticos, a fim de não perder a condição de narrador de uma versão que considera inexistentes ilícitos dados como realmente acontecidos mediante excesso de provas.

A rota da polarização

Alvaro Costa e Silva

Um candidato anticomunista, antivacina, armamentista, a favor do voto impresso e do impeachment de ministros do Supremo. Bolsonaro? Não, um genérico — o coronel aposentado da Polícia Militar Ricardo Mello Araújo —, sugestão de Valdemar Costa Neto, presidente do PL, para vice na chapa de reeleição do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes.

A escolha, óbvia, tem o aval do ex-presidente tornado inelegível e investigado por uma pena de crimes — a tentativa de golpe a ter transformado a Abin num civil de arapongas trabalhando para ele e sua família. Atual vendedor de cursinhos, El Salvador é o país que mais encarna no mundo como proporção da população (2,2% dos adultos).

A popularidade e o triunfo eleitoral de Bukele sem dúvida alimentarão a influência de suas estratégias no debate político da América Latina, onde a criminalidade desmista desafia as autoridades. Trata-se de um perigo.

Para atingir tais resultados, entretanto, Bukele instaurou em 2022 um estado de exceção — aprovado pelo Legislativo, controlado por seu partido — que vem sendo prorrogado desde então.

O instrumento solapa direitos civis ao restringir a liberdade de reunião, a inviolabilidade de correspondências e comunicações, e autorizar prisões sem ordem judicial. El Salvador é o país que mais encarna no mundo como proporção da população (2,2% dos adultos).

A popularidade e o triunfo eleitoral de Bukele sem dúvida alimentarão a influência de suas estratégias no debate político da América Latina, onde a criminalidade desmista desafia as autoridades. Trata-se de um perigo.

Quais as credenciais de Mello Araújo, ex-comandante da Rota, para administrar a maior cidade do Brasil? A cartadura de bolsonarista familiar. Em 2022, convocou veteranos

O rei malvado

Juliano Spyer

Antropólogo, autor de "Terra de Deus" e editor de O Observador e a Bíblia e Mito da Consultoria Nacional

"A extrema direita religiosa pode até desistir de Bolsonaro por considerar que ele não é mais útil, mas não recuará em seu (próprio) projeto de poder", afirmou um interlocutor. "Muito pelo contrário: ele dobrará sua aposta na defesa da ideia de que é incompatível ser cristão e ser de esquerda."

Me pergunto: isso é profecia ou alarmismo? A tática é mesmo continuar radicalizando o debate para eliminar as alternativas de voto para evangélicos ao centro? E quem substituiria o ex-presidente?

Bolsonaro já não controla a máquina pública para fortalecer alianças. E os escândalos que o acompanham, principalmente desde o 8 de janeiro, afastaram muitos evangélicos do debate sobre política. Mas, para a maioria dos pastores e acadêmicos que ouve sobre esse tema, a relação entre evangélicos e o ex-presidente está longe de acabar.

O pastor e sociólogo Valdinéi Ferreira tem uma teoria sobre por que Bolsonaro tem um papel importante para líderes evangélicos. "Acho que ele cumpre, a partir da referência bíblica, o papel do rei malvado. O personagem que não professa a nossa fé. Faz as maldades que nós aprovamos, mas não pagamos a conta por isso porque ele não é filiado à nossa religião."

Há também outro motivo: quem olha o fenômeno de fora não percebe como este é um campo complexo e tensionado, com visões de mundo diferentes e disputas por espaço. "Bolsonaro produziria uma aliança no campo conservador que dificilmente seria recriada em outro arranjo", analisa o antropólogo Rodrigo Toniol, da UFPA.

Mas as igrejas fizeram tanta força para promover Bolsonaro em 2022 que as diferenças entre denominações ficaram mais explícitas. "Eu estou de ressaca de ser comparado a neopentecostais", desabafou um pastor de uma igreja histórica. "Estou aliviado por achar que o novo governo não é incompetente e não vai armar as pessoas."

Apesar dessas fraturas entre conservadores, o nome de Dallagnol não saiu da cabeça da cientista política Carla Ribeiro Sales, que, como evadido, é batista. Para ela, Dallagnol é quem parece ter mais condições de ocupar o lugar de Bolsonaro entre evangélicos.

Dallagnol ainda precisará da bênção do ex-presidente para seguir adiante. "Mas ele é um evangélico raiz, é de uma igreja batista respeitada na denominação e tem muito mais 'traquejada bíblica' que qualquer outro nome da atualidade".

Nem Tarcísio, bom moço, nem Michelle, inexperiente, o capitão responde até por impunitas podem ocupar o lugar de Bolsonaro. Dallagnol parece carta fora do baralho, mas reúne três símbolos poderosos: a identidade evangélica, o discurso anticomunista da Lava Jato e o elemento combativo do bolsonarismo.

Juliano Spyer

spyer@uol.com.br